

Análise dos "movimentos sociais" em perspectiva classista.

Eliel Machado.

Cita:

Eliel Machado (2017). *Análise dos "movimentos sociais" em perspectiva classista. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3629>

Análise dos “movimentos sociais” em perspectiva classista

Eliel Machado *

[A burguesia] reprimira todo o movimento da sociedade pelo poder do Estado; todo o movimento da sua sociedade é esmagado pelo poder do Estado.

Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*

No olvidemos que “lo social” no es patrimonio exclusivo de los oprimidos y los explotados. Las clases dominantes también son parte de la sociedad y sus movimientos son también movimientos sociales.

Roberto Regalado, *Movimientos sociales y partidos de izquierda en América Latina hoy*

Resumo: Neste artigo, defendemos que o marxismo pode contribuir para uma formulação mais sistemática dos chamados “movimentos sociais”. Para isso, torna-se fundamental que o faça a partir de uma análise classista deles. Ao procurar avançar nesta direção, este texto se pauta em algumas formulações de Nicos Poulantzas: de um lado, em relação à autonomia relativa das estruturas que induz as classes a travarem lutas econômicas, políticas e ideológicas relativamente “independentes” umas das outras; de outro, em relação às determinações econômica, política e ideológica das classes sociais e as suas potenciais posições políticas por meio dos “movimentos sociais”. Em virtude do desenvolvimento desigual das instâncias (econômica, política e ideológica) e da autonomia relativa delas, nossa hipótese é que os dominados podem se organizar em movimentos próprios ou em apoio às classes dominantes no interior do bloco no poder.

Palavras-chave: movimentos sociais; movimentos de classe; práticas de classes; determinações e posições de classe.

Abstract: In this article, we argue that Marxism can contribute to a more systematic formulation of "social movements". Thus, it is fundamental to do so from a class analysis of them. In seeking to move in this direction, this text is based on some formulations by Nicos Poulantzas: on the one hand, regarding the relative autonomy of the structures that induces the classes to wage economic struggles, political and ideological relatively "independent" of each other; on the other hand, in relation to the economic, political and ideological determinations of social classes and their potential political positions through "social movements". Given the unequal development of the (economic, political and ideological) instances and their relative autonomy, our hypothesis is that the dominated can organize themselves or in support of the ruling classes within the power bloc. Keywords: social movements; class movements; class practices; determinations and class positions.

Introdução

A despeito de toda produção teórica sobre os chamados “movimentos sociais”, dentro e fora do marxismo, é preciso constituir uma teoria que os relacione mais

* Professor de Ciência Política da UEL, coordenador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e membro do conselho editorial das revistas *Lutas Sociais* (NEILS/PUC-SP) e *Crítica Marxista* (Unicamp). Contato: elielmachado1@hotmail.com.br.

sistematicamente com as classes sociais, ou melhor, com a luta de classes. Esta é uma equação ainda não completamente resolvida, embora vários intelectuais tenham se debruçado sobre ela. Em geral, eles os têm circunscritos ao âmbito dos oprimidos e dos explorados, desconsiderando-se a possibilidade de setores das classes médias constituírem “movimentos-apoio” ao bloco no poder. Nesta mesma direção, parece-nos que os “movimentos dos médios burgueses” também têm ficado de fora deste escopo teórico (*El Barzón* mexicano; FAA – *Federación Argentina de Agricultura*).

Provavelmente, a maior dificuldade dentro do marxismo para se relacionar “movimentos-apoio” às “classes dominantes” é de natureza teórica, já que “empiricamente” eles existem: MBL – Movimento Brasil Livre, TFP – Tradição, Família e Propriedade, MEB – Movimento Endireita Brasil, Revoltados Online etc. No que se refere aos “movimentos dos oprimidos” (LGBTs, negros, antiglobalização etc.), geralmente se negligencia as suas determinações de classe (econômica, política e ideológica) e se privilegia sobretudo as suas demandas, como se estas fossem descoladas daquelas.

Como os marxistas têm privilegiado movimentos cujas demandas se relacionam ao trabalho (emprego, terra, salário) ou à reprodução da força de trabalho (moradia, saúde, transporte, mulheres etc.), os demais permanecem num plano secundário e carecem de categorias teóricas mais precisas. Em vista disso, a principal contribuição teórica que propomos é oferecer alguns subsídios que supram estas lacunas: 1. Que se relacione as demandas/bandeiras dos movimentos dos oprimidos às suas determinações de classe; 2. Que se considere a possibilidade de, por um lado, setores das classes médias se organizarem em “movimentos-apoio” às classes dominantes e, por outro, de frações do médio capital constituírem-se em movimentos.

Em relação ao primeiro ponto, apresentamos uma hipótese: os movimentos que articulam as suas demandas em torno das “identidades”, por exemplo, em geral elas são/estão sobrepostas a qualquer outra que vincule à exploração capitalista. Isto se deve, principalmente, à autonomia relativa das instâncias ideológica e política, especialmente em se tratando de organizações com forte presença na nova pequena burguesia. Ou seja, embora as suas determinações de classe se deem, principalmente (mas não exclusivamente), nas relações de produção, isto não impede que possam se identificar nas instâncias política ou ideológica. É por isso que se pode localizar um “movimento” numa instância em particular que, no exemplo acima, é a instância ideológica das “identidades”.

Sobre o segundo ponto, Poulantzas fornece os principais elementos que corroboram a perspectiva de os dominantes não se “movimentarem”, principalmente quando atribui ao Estado burguês a tarefa de organizar política e ideologicamente a dominação deles e, de outro, a de desorganizar os dominados. Porém, em nossa leitura, isto não impede que setores das classes médias se constituam em “movimentos-apoio”¹ ao bloco no poder que, no sentido poulantzano, significa apoio sem contrapartida econômica, isto é, por pura ilusão ideológica. No caso dos médios burgueses, ligados ao Modo de Produção Híbrido, organizam-se em movimentos para reivindicar do Estado demandas próprias, como subsídios estatais para a produção etc. Nada impede, por exemplo, de estabelecerem alianças táticas com classes ou frações no interior do bloco no poder, mas obviamente que não participam dele.

Para uma melhor compreensão da nossa proposta, faz-se necessário definirmos qual é o nosso entendimento de “movimentos sociais” e qual é a sua articulação com as classes sociais: entendemo-los como representações defasadas de classe, do mesmo modo que os partidos políticos para Poulantzas; e em relação à articulação com as classes, defendemos a hipótese de que os dominados podem constituir movimentos próprios como também de apoio aos dominantes.² Isto se deve, de um lado, à autonomia relativa das instâncias e, de outro, às “práticas de classe”. Lembremos que, de acordo com Poulantzas, estas “práticas” fomentam a distinção entre sindicatos e partidos – por nossa conta, acrescentamos os “movimentos sociais”. Neste sentido, eles são, em última instância, o efeito “empírico” da luta de classes numa determinada formação social, ao lado dos sindicatos e dos partidos. Como estes últimos – embora se diferenciem entre si –, eles são a expressão das “práticas de classe” dentro dos limites impostos pelas próprias estruturas na cena política. A rigor, trata-se, portanto, de “movimentos de classe” que, no senso

¹ Este termo é uma digressão nossa de “classes-apoio” de Nicos Poulantzas (2012).

² Em recente comunicação apresentada durante a III Jornada Nicos Poulantzas (Unicamp), defendemos a ideia de que as frações não hegemônicas do capital também podem se constituir em “movimentos sociais”, pois, a forte presença da UDR – União Democrática Ruralista, nos anos 1990, parece indicar que os latifundiários se organizaram para a defesa armada de suas propriedades sob ameaça – real ou fictícia – das ocupações do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em nosso entendimento, esta é uma questão que ainda merecerá melhor apreciação teórica: como definir este tipo de “movimento” que, a rigor, não espera total proteção do braço armado do Estado para a defesa de suas propriedades? Como no momento não podemos oferecer uma reflexão mais consistente, optamos por investir em outra direção: em tese, embora o Estado burguês organize política e ideologicamente as classes e frações dominantes – e o faz com relativa autonomia delas –, estas contam com o apoio político-ideológico de setores conservadores e/ou reacionários das classes médias, para os quais designo o termo “movimentos-apoio”. Além disso, é preciso enfatizar que as classes dominantes também se valem de meios de disseminação e propagação de sua ideologia, como é o caso dos chamados *think tanks*.

comum acadêmico e/ou fora dele, recebem genericamente a denominação de “movimentos sociais”.

Para atingir os objetivos aqui apresentados, dividimos este artigo em três partes: na primeira, resgatamos as formulações althusserianas e poulantzas em torno da autonomia relativa das instâncias que, a partir de uma interpretação própria, contribuem para compreendermos, sobretudo, as possibilidades de existência de “movimentos-apoio” às classes dominantes; na segunda, investimos nas determinações econômicas, políticas e ideológicas de classe que, como já o dissemos acima, são fundamentais para relacionarmos “movimentos” com classes sociais; por fim, na terceira parte, oferecemos uma tipologia dos “movimentos de classe” como forma de ilustrar melhor as relações entre, de um lado, as determinações de classe dos “movimentos” e, de outro, as suas potenciais posições políticas na conjuntura.

1. Autonomia relativa das estruturas econômica, política e ideológica

Interessa-nos discutir a autonomia relativa e específica das estruturas por que ela exerce um efeito não só sobre as classes e a luta de classes, como também sobre as suas “representações” (partidos, sindicatos e “movimentos sociais”) na cena política. Neste sentido, abordaremos também a autonomia relativa do Estado em relação às classes e à luta de classes.

Segundo Althusser, a teoria da história é a teoria dos diferentes modos de produção, sendo que

cada estrutura social compreende, como explicou Marx, o conjunto articulado de seus diferentes “níveis” ou “instâncias”: a infraestrutura econômica, a superestrutura jurídico-política e a superestrutura ideológica. A teoria da história ou materialismo histórico é a teoria da natureza específica desta “totalidade orgânica” ou estrutura e, portanto, do conjunto de seus níveis e do tipo de articulação e de determinação que os une uns aos outros. É a teoria que fundamenta por sua vez a dependência dessa estrutura com relação ao nível econômico, determinante “em última instância” e o grau de “autonomia relativa” de cada um dos “níveis”. Na medida em que estes “níveis” possuem tal “autonomia relativa”, podem ser considerados cada um como “um todo parcial”, uma estrutura “regional” e ser objeto de um tratamento científico relativamente independente (Althusser, 1979, p. 35).

Compreende-se, assim, que o modo de produção se compõe não apenas das relações econômicas, mas também das instâncias política e ideológica.³

³ Sobre este ponto, sugerimos consultar Poulantzas (2012, p. 4).

Para Harnecker (1973, p. 136), modo de produção é um conceito teórico que permite compreender a totalidade social, uma vez que se trata de uma estrutura global formada por três estruturas regionais: econômica, jurídico-política (leis, Estado etc.) e ideológica (ideias, costumes etc.). E mais: nesta estrutura global, uma das regionais domina as outras.

Althusser, por sua vez, chama-nos a atenção para o seguinte ponto:

(...) Identificamos praticamente o modo de produção com a unidade Forças produtivas / Relações de produção, portanto, que colocamos o modo de produção do lado da Infraestrutura. Para fazer alusão a uma questão que é o objeto de debates teóricos [refere-se basicamente a Poulantzas e Terray] ainda não encerrados, diremos que, provisoriamente, deixamos de lado a questão de saber se é necessário definitivamente caracterizar um modo de produção “no sentido estrito” (*como é o caso de nossa presente exposição*: fazendo intervir somente suas Forças produtivas e suas Relações de produção), ou se não se deve considerar, pelo contrário, que todo modo de produção “induz” ou comporta necessariamente sua própria Superestrutura [grifos do autor] (1999, p. 44).

Logo em seguida, o autor complementa:

Durante um certo tempo, inclinamo-nos por essa última hipótese. *Provisoriamente*, preferimos conservar ao conceito de modo de produção seu sentido “estrito” (unidade das Forças produtivas com as Relações de produção que são as suas), considerando, sempre provisoriamente, que a questão da Superestrutura depende antes da natureza da *formação social* concreta na qual estão combinados, sob a dominação de um modo de produção, pelo menos, dois modos de produção. No estado atual dos conhecimentos que estão à nossa disposição, parece-nos preferível conservar a presente hipótese, com a condição de modificá-la se for necessário [grifos do autor] (idem, p. 44/45).

Do ponto de vista metodológico, distingue-se o plano mais abstrato da análise do modo de produção (a sua forma “pura”) do plano mais “concreto”, aquele que se remete às formações sociais concretas nas quais coexistem mais de um modo de produção. Neste caso, ele comporta também as estruturas jurídico-política e ideológica:

Devemos insistir em que são as relações de produção o núcleo estruturador ou matriz do modo de produção. Estas relações é que explicam o tipo característico de articulação das diferentes estruturas regionais em cada modo de produção; elas é que determinam qual das estruturas ocupará o papel dominante. Lembremo-nos de que Marx diz explicitamente que é “a relação direta existente entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos” que nos revela “o segredo mais recôndito, a base oculta de toda a construção social” (...) (Harnecker, 1973, p. 139).

Na sequência desta passagem, em uma nota de rodapé, a autora faz uma crítica a Poulantzas, com a qual concordamos:

Achamos, portanto, que não é correto afirmar, como o faz Poulantzas em seu livro *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista* (Siglo XXI, México, 1969), que a matriz do modo de produção é o tipo de articulação de seus diferentes níveis.

Se, como o próprio Poulantzas assinala (p. 22), são as relações de produção (propriedade, apropriação real) que determinam o tipo de articulação dos níveis do modo de produção, tal tipo não é senão o efeito daquilo que constitui a matriz deste modo: as relações de

produção. Achamos que esta concepção de Poulantzas constitui o ponto nodal estratégico de seus erros teóricos acerca do conceito de classes sociais (Harnecker, 1973, p. 139).

Voltando à questão da autonomia relativa e específica das instâncias, Poulantzas (2012, p. 25) assinala que a articulação do econômico e do político é caracterizada pela autonomia relativa delas, sendo que o econômico desempenha não apenas a determinação em última instância, mas igualmente o *papel dominante*. E mais ainda: o ideológico também goza de certa autonomia em relação às outras instâncias, pois, “debido a la autonomía específica de la instancia ideológica, debido a la situación misma de lo ideológico en las estructuras, las relaciones entre la ideología dominante y la clase o fracción dominante siempre están enmascaradas” (Poulantzas, 2012, p. 259).

As estruturas, portanto, gozam de relativa autonomia dentro dos limites fixados pela estrutura social:

La autonomía específica de las estructuras políticas y económicas del M. P. C. se refleja, en el campo de la lucha de clases, es decir, en el dominio de las relaciones sociales, en la autonomización de las relaciones sociales económicas y de las relaciones sociales políticas, o sea, en la autonomización, subrayada por Marx, Engels, Lenin y Gramsci, de *la lucha económica* y de *la lucha propiamente política de clase*. Prescindiendo provisionalmente de lo ideológico, la relación del Estado con el campo de la lucha de clases puede considerarse, pues, en la relación del Estado con la lucha económica de clases por una parte, y con la lucha política de clases por otra [grifos nossos] (Poulantzas, 2012, p. 159).

Isto se refletirá em uma autonomia específica das práticas econômica, política e ideológica (Poulantzas, 2012, p. 274), lembrando, apenas, que tais práticas se remetem à conjuntura política nas quais as classes sociais são concebidas como “práticas de classes”. Como elas são grupos com interesses opostos, estas práticas tomam o caráter de luta de classes (Poulantzas, 2012, p. 100 e ss.; Harnecker, 1973, p. 191).

Se levarmos em conta os efeitos da combinação das instâncias dos modos de produção, efeitos de combinação que estão presentes nos efeitos das estruturas de uma formação social sobre os seus apoios ou suportes (as classes desta formação), eles podem ocasionar fracionamentos, dissoluções ou fusões de classe (Poulantzas, 2012, p. 82). Daí que qualquer análise científica que reduza as relações de classe às relações entre partidos, e as relações entre partidos às relações de classe, perde de vista os limites das práticas políticas de classe e os da cena política, típica das representações partidárias (idem, p. 325/6). Portanto, quando propomos, conceitualmente, que os chamados “movimentos sociais” sejam também considerados representações defasadas de classe, isto não significa reduzi-los às relações de classe e nem estas àqueles.

Por fim, uma palavra sobre a autonomia relativa do Estado burguês dada a sua importância nas formações sociais capitalistas.

Segundo Poulantzas,

por *autonomía relativa* de ese tipo de Estado entiendo aquí no ya, directamente, la relación de sus estructuras con las relaciones de producción, sino la relación del Estado con el campo de la lucha de clases, más particularmente su autonomía relativa respecto de las clases o fracciones del bloque en el poder y, por extensión, de sus aliadas o apoyos (Poulantzas, 2012, p. 332).

Em seguida, acrescenta:

Si éste presenta una autonomía relativa respecto de las clases y fracciones dominantes, es en la medida exacta en que posee una unidad propia – unidad de poder de clase –, en cuanto nivel específico del MPC⁴ y de una formación capitalista. Simultáneamente, posee esa unidad institucional en la medida en que es relativamente autónomo respecto de esas clases o fracciones, es decir, en último análisis, por razón de la función que le incumbe respecto éstas (Poulantzas, 2012, p. 333).

A autonomia relativa do Estado “induz” as classes a se organizarem com relativa autonomia – isto é, dentro dos limites impostos pelas estruturas – em defesa de seus interesses particulares e a direcioná-los para o próprio Estado que, em linhas gerais, assegura a dominação burguesa, podendo inclusive contrariar seus interesses particulares no curto prazo para garantir tal dominação no longo prazo:

Se ve así que el Estado capitalista, desempeñando su función política, llega a apoyarse sobre las clases dominadas, a hacerlas en ocasiones actuar contra las clases dominantes, realizando concretamente la autonomía relativa respecto de éstas inscrita en sus instituciones: autonomía que le permite estar en relación constante con su interés político. No hay sobre todo que olvidar que el Estado capitalista no se aparta, dentro de esos límites precisos, ni un solo paso de los intereses políticos de la burguesía (...) (Poulantzas, 2012, p. 373-374).

O autor deixa claro que a autonomia relativa do Estado burguês decorre de sua função propriamente política em relação às diversas classes de uma formação dominada pelo modo de produção capitalista. Isto é, deriva de sua função de fator de organização política das classes dominantes, incapazes, com frequência, em razão do isolamento das relações sociais econômicas, de se erigirem pelos seus próprios meios no nível hegemônico relativamente às classes dominadas; ao mesmo tempo, de sua função de fator de desorganização política das classes dominadas, ou seja, cria obstáculos à organização do seu partido político “autônomo”; e, por fim, de sua função particular em relação a certas classes dos modos de produção não dominantes na formação social capitalista, mas que são afetados pelo isolamento sobredeterminante do MPC dominante, como foi o caso

⁴ Modo de produção capitalista.

do campesinato parcelar francês, retratado por Marx em *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*.

Embora preferamos defender a tese de que a autonomia relativa das instâncias leva as classes dominadas a se organizarem social, política e ideologicamente com relativa independência das estruturas,⁵ dentro de certos limites que não colocam em xeque a própria dominação de classe, há autores que defendem que os “movimentos sociais” não são instrumentos exclusivos dos dominados:

No olvidemos que “lo social” no es patrimonio exclusivo de los oprimidos y los explotados. Las clases dominantes también son parte de la sociedad y sus movimientos son también movimientos sociales. *Ellas son la parte de la sociedad que controla el Estado, y sus movimientos sociales son los que, mediante la política, más presiones ejercen y más se benefician de la acción de esta maquinaria de coerción y de violencia.* Es evidente que la lucha política es una lucha social, que es la forma superior de la lucha social, porque es la que determina qué intereses sociales favorecerá y qué intereses sociales rechazará el Estado. También es evidente que son absurdas la separación de “lo político” y “lo social”, y la negación de lucha política que hacen los movimientos sociales influidos por los ideogramas de las clases dominantes, interesadas en que ellos no practiquen esa forma de lucha [grifos nossos] (Regalado, 2012: 70-71).

Como este autor, Maria da Glória Gohn (2008, pp. 241-271) também defende que os “movimentos sociais” não são exclusivos dos dominados e oprimidos, porém, não avança nem teórica e nem empiricamente sobre isso.

Seja como for, sabemos que o Estado burguês é um elemento fundamental de coesão social e de dominação burguesa, ainda que não consiga preencher todos os seus poros.

2. As determinações econômicas, políticas e ideológicas de classe

Harnecker sustenta que as classes sociais não são os sujeitos criadores das estruturas sociais: “São, pelo contrário, como diz Marx, os ‘portadores’ (*Träger*) de determinadas estruturas, os atores de um drama que não construíram” (1973, p. 185).

Detenhamo-nos um pouco mais nas suas contribuições em relação ao termo “portador”:

Em primeiro lugar, devemos advertir que a palavra alemã “*Träger*” tem em espanhol (e em francês) dois significados muito diferentes: “suporte” e “portador”. O primeiro termo (suporte) traz a ideia de sustentar, de ser base de algo, de servir de apoio a alguma coisa, e neste sentido Marx a utiliza quando afirma que “as relações materiais são os suportes (*Träger*) das relações sociais”.

⁵ Para nós, isto explica, em boa medida, a existência de uma gama considerável de “movimentos” que vão de um extremo a outro do espectro político e ideológico.

O segundo termo (portador) significa, pelo contrário, tomar sobre si, levar consigo, e neste sentido Marx o emprega quando afirma que “o capitalista não é outra coisa senão o capital personificado” que “só atua no processo de produção como portador (*Träger*) do capital”.

Quando o marxismo afirma que as *classes sociais são os portadores de determinadas estruturas*, está rejeitando toda concepção voluntarista acerca das classes sociais [gritos da autora] (Harnecker, 1973, p. 185/186).

Com o intuito de desfazer mal-entendidos a respeito, a autora esclarece:

(...) Afirmar que não são as classes que *criam* as estruturas não significa negar que elas possam *atuar* sobre as estruturas, modificando-as dentro de certos limites. Estes limites dependem de certas condições materiais, fundamentalmente do grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Sem a participação ativa das classes, as estruturas sociais tendem a reproduzir-se superando as crises provocadas por suas contradições internas. As mudanças radicais das estruturas sociais só se produzem quando as classes revolucionárias são capazes de aproveitar-se das crises do sistema para produzir mudanças estruturais profundas, isto é, mudanças revolucionárias. Isto é o que explica o papel fundamental que o marxismo atribui à luta de classes como motor da História [grifos da autora] (Harnecker, 1973, p. 186).

Em uma palavra, quando se afirma que as classes são portadoras de determinadas estruturas, no fundo está-se dizendo que elas são o efeito da estrutura social global sobre os indivíduos que participam de uma ou outra maneira na produção social. Tal definição a leva a se perguntar: “Teríamos abandonado, por isso, o conceito de relações de produção para definir classes?”

Achamos que este seria o caso se concebêssemos a estrutura social global como uma simples articulação de níveis (econômico, ideológico e político) como o faz Poulantzas. Neste caso se cai na impossibilidade teórica de estudar este efeito como um efeito da estrutura global e o indivíduo se vê forçado a analisá-lo como uma série de efeitos parciais em nível de cada estrutura regional.

Por outro lado, se se pensa na articulação dos diferentes níveis da estrutura social a partir das *relações de produção*, tudo se altera. Para Marx, são estas as relações que servem de centro estruturador ou de matriz do conjunto social (...). E, por isso, são estas as relações que servem de fundamento para as constituições das classes sociais. Negar isto, qualificando-o de desvio economicista, é negar a contribuição fundamental do marxismo para o estudo das classes sociais (...) [grifos da autora] (Harnecker, 1973, p. 187).

Para não nos estendermos mais com a respeito, apenas apontaremos mais um elemento importante para as nossas discussões:

(...) Uma coisa é falar das classes sociais como *efeitos* da estrutura global, o que, finalmente, não significa senão que elas são fundamentalmente o efeito das relações de produção; e outra coisa é falar dos *efeitos que as classes podem produzir* nos diferentes níveis da sociedade: efeitos ideológicos, efeitos políticos ou efeitos econômicos. Quando nos referimos a estes efeitos queremos referir-nos à prática concreta que estas classes realizam [grifos da autora] (Harnecker, 1973, p. 187).

Uma abordagem interessante que, sem romper totalmente com a perspectiva poulantzana, mas que a retifica em alguns pontos, é oferecida por Milios e Economakis (2011). Embora esses autores concordem que as classes são determinadas

fundamentalmente nas relações de produção e que estas são insuficientes, por si mesmas, para defini-las, metodologicamente eles se atêm primeiro às relações de produção para, num segundo momento, avançarem sobre os “efeitos pertinentes” que as classes potencialmente podem produzir. Como boa parte dos “movimentos sociais” é constituída nas classes médias, estas contribuições são importantes para nós. Senão, vejamos.

Segundo Althusser, “a estrutura das relações de produção determina *lugares* e *funções* que são ocupados e assumidos por agentes da produção, que nunca são mais do que ocupantes desses lugares, na medida em que são ‘portadores’ (*Träger*) dessas funções” [grifos do autor] (1980, p. 130). Neste sentido, as classes sociais são formadas no “interior de (diferentes) modos de produção como resultado de sua ‘matriz’ e dos ‘ocupantes’ e ‘portadores’ das (funções dessas) relações” (Milios e Economakis, 2011, p. 59).

Em relação às classes médias, os autores propõem a seguinte definição:

As classes sociais em um modo de produção são definidas aqui como as classes *fundamentais* desse modo de produção (os principais agentes de um modo de produção para usar a terminologia marxista). Do mesmo modo, definimos como *não fundamentais*, ou melhor, como classes sociais *intermediárias*, aqueles agrupamentos sociais (se é que eles existem) que não são “portadores” (e não são “ocupantes”) das relações fundamentais, isto é, classes que não incorporam apropriadamente um “atributo social” específico, ou discernível, no nível do modo de produção (Milios e Economakis, 2011, p. 59).

Diferentemente de Poulantzas (2012) que define a chamada nova pequena burguesia como pertencente aos trabalhadores não produtivos, Milios e Economakis desenvolvem a ideia de que ela pertence ao trabalhador coletivo, um exército industrial de tipo específico de trabalhadores assalariados (gerentes de nível mais baixo, supervisores), cuja função exclusiva é o trabalho de gerência-supervisão (diferentemente da realização do trabalho manual efetivo):

Consequentemente, os assalariados que pertencem a essa categoria espacial de trabalho não realizam exclusivamente a função de trabalho (relação de uso), mas, ao contrário, exercem poderes do capital. Assim, embora façam parte do trabalhador coletivo, isto é, dos trabalhadores produtivos – trabalhadores diretamente explorados pelo capital –, eles também “funcionam como capital” e, portanto, não são “incorporações” ou “personificações” de um “atributo social específico”, ou completamente discernível, no nível do modo de produção (Milios e Economakis, 2011, p. 64).

Em poucas palavras, eles não pertencem a nenhuma das classes fundamentais do MPC e, com isso, constituem parte de uma classe intermediária situada entre as classes

operária e capitalista. Mesmo assim, ela é definida a partir das relações de produção, uma vez que, ao mesmo tempo em que exerce o poder do capital, é também explorada por ele.⁶

Para os autores, a nova pequena burguesia inclui também “todos aqueles assalariados que formam o quadro de funcionários do aparelho estatal e, desse modo, exercem o poder em nome do sistema capitalista no processo de sua reprodução” (Milios e Economakis, 2011, p. 66).

Ambos os agrupamentos pertencem a mesma classe social porque “eles exercem o mesmo tipo de funções sociais no interior da reprodução capitalista, embora em diferentes níveis”. Isto é: exercem funções que asseguram a extração da mais-valia; funções que asseguram a coesão do poder político capitalista (burocracia estatal, aparato jurídico, militar etc.); funções em prol da sistematização e disseminação da ideologia dominante, tais como educação (idem, p. 66/67).

Do ponto de vista das determinações econômicas (relações de produção), parece-nos que já temos elementos importantes abordados. Mas, como sustentamos que as classes são definidas principalmente, mas não exclusivamente, pelos lugares que ocupam nas relações de produção, é preciso observar os fatores políticos e ideológicos deste processo que, a rigor, devem ser captados a partir dos “efeitos pertinentes” como indicador de posições potenciais de classe.⁷

Milios e Economakis criticam Poulantzas por este considerar a nova pequena burguesia como parte da pequena burguesia tradicional, além de identificar esta última com a média burguesia. Ou seja, Poulantzas considera “as classes médias em geral (pequena burguesia tradicional, nova pequena burguesia e média burguesia) como pertencentes a uma só classe social, a ‘pequena burguesia’” (2011, p. 74).

Na visão destes autores, como se não bastasse este erro, Poulantzas comete outro ao dissociar os “efeitos” das situações estruturais de classe: “Não se pode conceber qualquer definição de classe no nível político e ideológico em contraste com sua definição estrutural no nível econômico” (Milios e Economakis, 2011, p 73).

Avancemos um pouco mais nesta discussão, porém agora tentando estabelecer algumas relações com os “movimentos sociais”.

⁶ É o que Poulantzas designa como “nova pequena burguesia”.

⁷ Boito Jr. (2003, p. 247), por exemplo, defende a ideia da classe social como fenômeno simultaneamente econômico, político e ideológico: “Os trabalhadores assalariados manuais são a classe operária em potência no capitalismo. A situação histórica concreta e a ação dos partidos políticos socialistas possibilitarão, ou não, a conversão dessa classe potencialmente já dada, no plano da estrutura econômica, em uma classe ativa. Nesse processo de construção da classe operária, seus interesses e limites precisos serão definidos e testados na luta”.

Se uma formação social comporta mais de dois modos de produção, certamente cada um deles apresentará as suas próprias classes fundamentais. Nos termos colocados pelos autores acima, as classes fundamentais do MPC “puro” são a burguesia e o proletariado, mas estão submetidos a ele o Modo de Produção Híbrido – cujas classes fundamentais são a média burguesia (trabalhador familiar não pago) e o trabalhador contratado (não familiar) – e a Produção Simples de Mercadoria – cuja classe fundamental é o campesinato pobre. Poder-se-ia supor, então, que a cada classe social (burguesia, proletariado, média burguesia, trabalhador contratado, pequena burguesia tradicional, nova pequena burguesia e campesinato pobre) corresponderia um determinado “movimento social”. Porém, as determinações políticas e ideológicas, por “efeitos pertinentes”, têm peso importante nisso:

Una clase social puede muy bien identificarse ya en el nivel económico, ya en el nivel político, ya en el nivel ideológico, y muy bien puede localizarse en relación con una instancia particular. No obstante, la definición de una clase *como tal* y su captación en el *concepto* correspondiente se refiere al conjunto de los niveles cuyo efecto es [grifos do autor] (Poulantzas, 2012: 69).⁸

Isto nos leva a compreender que as determinações de classe dos “movimentos”, como efeito principal da estrutura econômica, não impedem que eles possam se identificar em uma instância particular (política ou ideológica), como é o caso dos chamados “movimentos identitários”.⁹ Isto implica que as determinações estruturais de classe se traduzem por seus efeitos, ou seja, pelas posições de classe na conjuntura.¹⁰ Como Poulantzas já observou a este respeito, o problema é quando se toma a “posição de classe”

⁸ Para evitar dúvidas, entendemos que “identificação” nos níveis não é o mesmo que “determinação”, esta compreendida, em última instância, nas relações sociais de produção. A ideia de “última instância” é porque há outros fatores que incidem nesta determinação, perceptíveis por seus “efeitos pertinentes”, sejam eles políticos ou ideológicos.

⁹ Isto se deve ao desenvolvimento desigual das instâncias: como as classes são portadoras [*Träger*] delas, as suas representações (partidos) se apresentam defasadas na cena política em relação às estruturas. Por nossa conta, consideramos os “movimentos sociais” no mesmo sentido: representações defasadas das classes em relação às estruturas.

¹⁰ A título de ilustração, Poulantzas afirma: “Decir por ejemplo que existe una clase obrera en las relaciones económicas, implica *necesariamente* un lugar específico de esta clase en las relaciones ideológicas y políticas, *incluso si* esta clase en determinados países y en determinados períodos históricos, puede no tener una ‘consciencia de clase’ propia o una organización política autónoma. Esto quiere decir que, en dichos casos, incluso si se halla fuertemente contaminada por la ideología burguesa, su existencia económica se manifiesta por *prácticas político-ideológicas materiales específicas*, que se traslucen bajo su ‘discurso’ burgués: es lo que Lenin designaba, de una manera totalmente descriptiva, por lo demás, como *instinto de clase*. (...) Lo que se entiende por ‘consciencia de clase’ propia y por organización política autónoma, es decir, del lado de la clase obrera, una ideología proletaria revolucionaria y un partido autónomo de lucha de clase, tienen como campo de aplicación el de las *posiciones de clase* y de la *coyuntura*, que constituyen las condiciones de intervención de las clases como *fuerzas sociales* [grifos do autor]” (Poulantzas, 2013: 16).

pelo “pertencimento de classe”, erro cometido por Touraine em relação aos “movimentos sociais” (Poulantzas, 2013, p. 186).

A título de hipóteses, traduzamos em miúdos o que acabamos de expor.

a) Determinações econômicas, políticas e ideológicas

1. Em geral, os “movimentos” tendem a ser policlassistas (Galvão, 2011);
2. Movimentos cujas demandas se voltam basicamente para o problema do trabalho (emprego; falta de terra) tendem a ser compostos por proletários e camponeses pobres (produtores simples de mercadoria);
3. Movimentos cujas demandas se voltam para a reprodução da força de trabalho tendem a ser compostos por proletários e por setores da nova pequena burguesia;
4. Movimentos cuja demanda é a pequena propriedade tendem a ser compostos pela pequena burguesia tradicional;
5. Movimentos cujas demandas se voltam, de um lado, para as opressões sexuais, raciais, de gênero, étnicas, culturais, antiglobalização neoliberal, altermundialistas e, por outro, em defesa da “meritocracia”, do livre mercado, da propriedade, do legalismo burguês, da moralidade na política, de governos ditatoriais, do racismo, da xenofobia, transfobia, homofobia etc., tendem a ser constituídos, principalmente, mas não exclusivamente, pela nova pequena burguesia;
6. Movimentos cujas demandas giram em torno da média propriedade tendem a ser compostos por médios burgueses ligados ao *modo de produção híbrido* (Miliotis e Economakis, 2011);
7. Movimentos cujas demandas se voltam para a defesa de um Estado-nação “independente” das nações imperialistas ou até mesmo pela libertação neocolonial tendem a aglutinar desde setores do proletariado até da chamada “burguesia nacional”, passando pela adesão de intelectuais e de frações da nova pequena burguesia, da média burguesia e da pequena burguesia tradicional;
8. Movimentos cujas demandas se voltam para a derrubada do Estado burguês e pela defesa da transição ao socialismo tendem a ser constituídos por frações do proletariado, do campesinato pobre (produtores simples de mercadoria), da nova pequena burguesia e de intelectuais;

9. Movimentos cujas demandas se direcionam para a defesa da educação pública, gratuita e laica tendem a ser compostos por setores progressistas da nova pequena burguesia;
10. Movimentos cujas demandas envolvem basicamente a luta das categorias profissionais tendem a ser compostos por vendedores da força de trabalho, seja para o capital (operários; nova pequena burguesia) ou para o Estado (nova pequena burguesia).

b) *“Efeitos pertinentes” na constituição dos “movimentos de classe”*¹¹

1. Os “movimentos dos dominados” que lutam por trabalho ou pela reprodução da força de trabalho ou até mesmo contra as diversas opressões (sexo, etnia, cultural etc.) tendem a apresentar, ideologicamente, três invariantes históricas em suas bandeiras, discursos e práticas: o igualitarismo (repartição igualitária da produção social), o antiestatismo e o anti-burocratismo (práticas mais horizontais de organizar as próprias lutas e na construção de novas sociabilidades);
2. Os “movimentos identitários”, predominantemente constituídos por setores da nova pequena burguesia, se diferenciam daqueles representados por Alexandra Kollontai e Clara Zetkin;¹²
3. Devido à heterogeneidade social da nova pequena burguesia (gerentes de níveis mais baixos, supervisores; quadro de funcionários do aparelho estatal), ela se faz presente em “movimentos” que vão de um extremo ao outro do espectro político-ideológico: desde os que lutam contra o racismo até os que são racistas etc. Neste sentido, a classe se fragmenta e pode se identificar, política e ideologicamente, numa das instâncias (no caso do racismo ou da luta contra ele, contraditoriamente na instância ideológica);

¹¹ Antes de tudo, lembremos que os “efeitos pertinentes” são indicadores das determinações econômicas, políticas e ideológicas das classes sociais.

¹² Segundo Quartim de Moraes (2003), aqueles eram tipicamente classistas em contraposição aos atuais. Para nós, os “movimentos identitários” têm as suas determinações de classe prioritariamente nas instâncias política e ideológica e, por isso mesmo, a “identidade” se torna um efeito delas, algo típico das classes médias assalariadas que descolam a exploração (pela forma salário) das formas de opressão (sexual, étnica, gênero etc.). Assim, reolocamos para estes “movimentos” a crítica de Poulantzas a Touraine, apresentada anteriormente.

4. É possível identificar pelo menos cinco movimentos típicos da nova pequena burguesia: i) os que levantam a bandeira da “identidade” e outras formas de opressão; ii) os que lutam contra a globalização neoliberal; iii) os que lutam para a conservação da ordem burguesa; iv) os movimentos tipicamente reacionários;¹³ v) os que defendem a educação pública, gratuita e laica;
5. Em relação à média burguesia, constitutiva das classes intermediárias (ou seja, não fundamentais do MPC), suas demandas também se voltam para o Estado (subsídios agrícolas, por exemplo), podendo recorrer a métodos de lutas parecidos com os dos pequenos burgueses ou até mesmo dos proletários: bloqueios de vias de acesso (ruas, avenidas, estradas etc.);
6. O caráter policlassista dos “movimentos nacionalistas” e dos “revolucionários”, capazes de aglutinar desde intelectuais nacionalistas das classes médias, camponeses pobres, socialistas, anarquistas e marxistas, enseja “efeitos pertinentes” no plano ideológico que podem aproximá-los ou afastá-los entre si: um “movimento” pode assumir um caráter nacionalista inicial e, no decorrer do processo de luta, pode avançar para a defesa de posições anticapitalistas, como aconteceu com o *Movimento 26 de Julho* cubano;
7. Também policlassista, aglutinador de indivíduos oriundos predominantemente da nova pequena burguesia, o “movimento estudantil” produz potencialmente, por “efeito pertinente”, a defesa da educação pública, gratuita e laica (referimo-nos principalmente ao movimento do ensino superior);
8. Quando se trata da organização sindical, embora as categorias profissionais se diferenciem bastante entre si em relação não só ao ganho salarial, padrão de vida etc., como também em sindicatos mais ou menos combativos, grosso modo há pelos menos um “efeito pertinente” a elas: a luta pela manutenção do poder aquisitivo dos salários.

Considerações finais

¹³ As diferenças políticas e ideológicas entre “conservadores” e “reacionários” são bastante tênues: se os conservadores querem preservar a ordem social capitalista vigente e são contrários às possibilidades de avanços sociais (conquistas de novos direitos), os reacionários, por sua vez, lutam para regressar a uma ordem anterior (volta da ditadura militar; restabelecimento da monarquia etc.). Por estas e outras características, ambos podem ser considerados “movimentos-apoio” do bloco no poder.

Antes de propormos uma espécie de “tipologia” dos “movimentos sociais”, cabe um esclarecimento metodológico importante: como para nós o termo “movimentos sociais” não designa um conceito,¹⁴ para compreendê-los recorreremos à separação entre objetos abstratos-formais e concretos-reais, pois,

todo conocimiento y por lo tanto todo discurso teórico tiene por fin último el conocimiento de estos objetos reales, concretos singulares; sea su individualidad (la estructura de una formación social) sean los modos de esta individualidad (las conyunturas sucesivas en las cuales existe esta formación social) (Althusser, 1970: 12).

Evidentemente que, para a elaboração destes objetos abstratos-formais, partimos de impressões colhidas da realidade social concreta, bem como do que se tem investigado a respeito.

A proposta abaixo tem como objetivo jogar alguma luz teórica para melhor conhecimento dos “movimentos de classe”, portanto, ela não se encerra em si mesma.

Tipologia dos “movimentos de classe”

Tabela 1

Objetos abstratos-formais	Determinações <i>indicativas</i> das estruturas econômica, política e ideológica	Potenciais posições políticas e ideológicas	Objetos concretos-reais ¹⁵
<i>Movimentos populares que lutam por trabalho</i>	Classe operária; produtores simples de mercadoria;	Cooperativismo; reforma agrária; igualdade social; anti-burocratismo; etc.	MST; MTD; EZLN; etc.
<i>Movimentos populares que lutam pela reprodução da força de trabalho</i>	Classe operária; nova pequena burguesia; grupos sociais intermediários	Políticas públicas de educação, saúde, moradia, transporte; meio ambiente; igualdade social; anti-burocratismo; etc.	MTST; MSTC; Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro; ecologia etc.
<i>Movimentos populares dos pequenos proprietários¹⁶</i>	Produtores simples de mercadoria	Defesa da pequena propriedade; socialismo pequeno-burguês; etc.	MPA; MAB; etc.
<i>Movimentos populares identitários</i>	Nova pequena burguesia; grupos sociais intermediários	Igualdade de gênero, raça, étnica, cultura; políticas públicas contra as opressões sexuais, de gênero, étnicas, culturais; etc.	Mov. LGBTs; Coletivo Jandira; etc.
<i>Movimentos progressistas¹⁷</i>	Nova pequena burguesia; grupos sociais intermediários	Antiglobalização neoliberal; altermundialismo; “antifinanceirização”; etc.	ATTAC; <i>Occupy</i> ; etc.

¹⁴ Anunciado nesses termos, é o que assinalamos em outro lugar de “senso comum das ciências sociais” (Machado, 2014).

¹⁵ Siglas: MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados; EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional; MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem; Mov. LGBTs – Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos; *Occupy* – Ocupe Wall Street; FAA – *Federación Agraria Argentina*; MPLA – Movimento pela Libertação de Angola; OLP – Organização pela Libertação da Palestina; ETA – *Euskadi Ta Askatasuna* (Pátria Basca e Liberdade); FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional; FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

¹⁶ Os sujeitos participantes destes movimentos podem tanto se aproximar econômica, política e ideologicamente quanto se afastar do grosso da massa de trabalhadores assalariados. Em geral, se organizam mais no campo que nas cidades.

¹⁷ Por falta de um termo melhor, chamamos estes movimentos de “progressistas” em função das suas bandeiras (antiglobalização neoliberal, por outra mundialização, pela taxação das grandes fortunas etc.). Conforme Santiane Arias Ribeiro (2011), a sua base social predominante está nas classes médias.

<i>Movimentos conservadores</i>	Nova pequena burguesia; produtores simples de mercadoria; média burguesia; grupos sociais intermediários	Defesa da meritocracia; moralidade política; mercado; legalismo burguês (judiciário); propriedade; etc.	MBL; MEB; etc.
<i>Movimentos reacionários</i>	Nova pequena burguesia; produtores simples de mercadoria; média burguesia; grupos sociais intermediários	Defesa de governos ditatoriais/autoritários; da monarquia; do racismo; da homofobia; transfobia; xenofobia; etc	“Carecas do ABC”; <i>skinheads</i> ; TFP; ¹⁸ Revoltados Online; <i>Ku Klux Klan</i> ; etc.
<i>Movimentos dos capitalistas médios</i>	Média burguesia	Defesa da média propriedade	<i>El Barzón</i> (mexicano); FAA; etc.
<i>Movimentos “nacionalistas”¹⁹</i>	Setores da classe operária; setores da pequena burguesia tradicional; setores do médio capital; setores da nova pequena burguesia; intelectuais; frações da “burguesia nacional”	Defesa de um Estado-nação “independente” das nações imperialistas; anticolonialismo; etc.	MPLA; OLP; ETA; FSLN;
<i>Movimentos “revolucionários”</i>	Setores da classe operária; setores da pequena burguesia tradicional; setores do médio capital; setores da nova pequena burguesia; intelectuais;	Anticapitalismo; defesa do socialismo; socialização dos meios de produção; autogestão das fábricas (controle operário); etc.	Mov. 26 de julho; FARC; etc.
<i>Movimento estudantil</i>	Nova pequena burguesia; grupos sociais intermediários	Educação pública, gratuita e laica;	Grêmios estudantis; Centros Acadêmicos; Diretórios Centrais de Estudantes; UNE etc.
<i>Movimento sindical</i>	Classe operária; nova pequena burguesia	Corporativismo; reposição do poder aquisitivo do salário; luta econômica; liberdade sindical; acordo coletivo de trabalho;	Sindicatos de operários, de bancários, de professores, trabalhadores do transporte público; centrais sindicais etc.

Alguns esclarecimentos.

Já havíamos alertado que, em geral, os “movimentos sociais” tendem a uma composição policlassista, porém, é preciso salientar que, mesmo com certa heterogeneidade social, seus polos aglutinadores podem ocorrer nas instâncias ideológica ou política. Em muitos casos, participam grupos sociais intermediários cujos membros podem se identificar política e ideologicamente com causas que transitam de um extremo a outro do espectro político e ideológico.²⁰

Dentro das preocupações abordadas aqui, é possível traçar um pequeno paralelo entre o esquema teórico de Milios e Economakis (2011, p. 81) e a nossa “tipologia”: por exemplo, para estes autores, os médios burgueses e os produtores simples de mercadoria tendem a ser favoráveis a movimentos de extrema direita e contrários a movimentos reformistas; por sua vez, a nova pequena burguesia tende a ser contra estes movimentos e em favor de bandeiras reformistas. Por outro lado, se considerarmos que os membros

¹⁸ Certamente a TFP não é o único movimento religioso de caráter reacionário, mas temos dúvida, por exemplo, se a chamada “Renovação Carismática”, também ligada à Igreja Católica, constitui ou não um “movimento social”, pois, diferente da primeira que defende a restauração da monarquia, a RC não tem se apresentado organizadamente na cena política.

¹⁹ Como alertamos no tópico 6 dos “Efeitos pertinentes...”, a divisão entre “nacionalistas” e “revolucionários” é muito tênue e complexa. É muito difícil se estabelecer uma tipologia “pura”, uma vez que, dentro de um mesmo movimento, podemos encontrar “nacionalistas” e “revolucionários”. Desse modo, é possível classificar a FSLN nas duas tipologias, da mesma forma que havia dentro do *Movimento 26 de julho* cubano marxistas e não marxistas.

²⁰ Os grupos sociais intermediários são assim denominados por não necessariamente responderem aos esquemas teóricos classistas, mas que podem constituir grupos de opinião, tanto à direita como à esquerda. Dessa forma, além de se identificarem nas instâncias política ou ideológica, como já discutido antes, podem se alinhar com as classes populares ou médias ou dominantes.

do MST pertencem, em tese, aos produtores simples de mercadoria, eles não se encaixam neste esquema teórico. Ao contrário, com todas as limitações que enfrentam, o movimento está no campo da esquerda socialista.

Em relação à nova pequena burguesia, talvez encontremos diferenças políticas e ideológicas entre os dois grupos que a compõe (setor privado e setor estatal), não sendo tão homogêneos quanto o que os autores apresentaram, ainda que como potencialidades. Em outras palavras, pode ser que os trabalhadores estatais tendam a ser mais progressistas, política e ideologicamente, que os do setor privado: por exemplo, há setores compostos por professores universitários ou estudantes de nível superior que não só apoiam movimentos populares, como participam da sua organização: o próprio MST é um caso destes, mas é algo que se encontra também no MTST. Porém, esta não é a regra, uma vez que encontramos nestes mesmos segmentos (estatais ou não) apoios e participação em movimentos conservadores e/ou reacionários.

Seja como for, é temerário apresentar uma tipologia hermética. Assim, oferecemos apenas alguns delineamentos teóricos que nos permitem estabelecer, minimamente, a relação dos “movimentos” com as classes sociais. Dito de outro modo, que seja possível construir uma teoria que supere o senso comum das ciências sociais que, genericamente, não desvenda exatamente quem é o “social” dos movimentos. Para cumprir tal tarefa, impõe-se muitas pesquisas capazes de compreender como a luta de classes se expressa nos (e pelos) “movimentos de classe”.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. (1979). “Materialismo histórico e materialismo dialético” em Badiou, Alain y Louis Althusser (coords.), *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo, Global, pp. 33-56.
- ALTHUSSER, Louis. (1980). “O objeto de *O Capital*”. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, É.; ESTABLET, R. *Ler O Capital*. Vol. II. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BOITO Jr., Armando. (2003). “A (difícil) formação da classe operária”. In: Vários autores. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã.
- GALVÃO, Andréia. (2011). Marxismo e movimentos sociais. *Crítica Marxista*, 32, pp. 107-126.
- GOHN, Maria da Glória. (2008). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola.
- HARNECKER, Marta. (1973). *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. Cidade: não consta. Ed.: não consta.

- MACHADO, Eliel. (2014). Contribuciones para una teoría política marxista de los “movimientos sociales”. *Demarcaciones – Revista Latinoamericana de Estudios Althusserianos*, 2, pp. 86-101.
- MARX, Karl, (2008) “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” em Expressão Popular (ed.), *A revolução antes da revolução: Karl Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl. (2009). *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular.
- MILIOS, John; ECONOMAKIS, George. (2011). Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (Uma abordagem crítica da teoria de Nicos Poulantzas). *Crítica Marxista*, 32, pp. 57-81.
- POULANTZAS, Nicos, (2012) *Poder político e clases sociales en el Estado capitalista*. México, DF: Siglo XXI.
- POULANTZAS, Nicos. (2013). *Las clases sociales en el capitalismo actual*. México, DF: Siglo XXI.
- QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia. (2003). Pós-modernismo, marxismo e feminismo. *Margem Esquerda*, pp. 95-111.
- REGALADO, Roberto. (2012). “Movimientos sociales y partidos de izquierda en América Latina hoy” em Valdés, Gilberto, Alberto Pérez y Roberto Regalado (Coords.). *Clases sociales y movimientos populares en América Latina*. México, D.F: El Colegio de México, pp. 53-78.
- RIBEIRO, Santiane Arias. (2011). *O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC*. Campinas: Unicamp (tese de doutorado).